

POR UMA JUSTIÇA ÁGIL E MODERNA

EDSON CARVALHO VIDIGAL*

Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça

O novo presidente do Supremo Tribunal de Justiça quer acabar com a "morosidade injustificável" do tráfego dos processos que abarrotam o Judiciário, por conta da qual, diz ele, "o Estado procrastina para não pagar, de pronto, o que deve ao cidadão".

Empossado presidente do Superior Tribunal de Justiça, em 5 de abril último, para um mandato de dois anos, o ministro Edson Carvalho Vidigal está na Casa desde sua criação, com a Constituição de 1988. Aos 59 anos, chega ao cargo máximo da instituição com a expressa vontade e determinação de descongestionar o tráfego em todo o Poder Judiciário e desburocratizar os fóruns, juízos e tribunais, para um trabalho mais ágil e de maior transparência.

Quero propor ampliar, no mínimo, para mais quatro mil as varas federais e, assim, tornar verdadeiramente efetivo o serviço da Justiça a todo o povo, por meio da presença do governo do Brasil nos mais distantes e desprotegidos rincões de todos os Estados, diz o ministro nesta entrevista à Ebrasil.com.

Edson Vidigal, cuja trajetória de homem público abrange larga experiência nos três poderes, é um homem que conhece intimamente, também, o universo do chamado quarto poder. Exerceu o jornalismo, de 1959 a 1976, nos cargos de repórter e redator, secretário e diretor de redação, editor de política e chefe de sucursal de diversos veículos impressos e eletrônicos, em São Luiz do Maranhão. Lá, foi também correspondente da revista *Veja* e de *O Globo*, além de assessor de imprensa, e membro do sindicato da categoria, assim como da Federação Nacional dos Jornalistas. Em Brasília, foi repórter do *Correio Braziliense* e da sucursal do *Jornal do Brasil*.

Nascido em Caxias (MA), onde foi vereador-líder da oposição na Câmara Municipal e vice-presidente da União Estadual dos Estudantes, surpreendeu-se com a cassação de seu mandato e ordem de prisão pelo

regime militar, aos 19 anos, por sua militância política. É notória sua ironia ao comentar o episódio: "Eu devia ser muito perigoso, porque o primeiro mandato cassado no Maranhão foi o meu".

Elegeu-se deputado federal por seu Estado, de 1979 a 1983. Na Câmara, presidiu a Comissão de Ciência e Tecnologia e depois a de Comunicações. Foi relator da CPI dos Juros e das investigações sobre o Projeto Jari, na Amazônia.

Na luta pelas eleições diretas, publicou *As Trombetas do Amém*, a propósito da emenda que apresentou e defendeu. Publicou também *A Coragem de Resistir*, prefaciado por Tancredo Neves.

Conhecido por sua verve original e destemida, seja no Judiciário seja no Legislativo, Edson Vidigal fez valer o seu talento oratório também no magistério. Lecionou de 1986 a 1992 na Universidade de Brasília, onde graduou-se em Direito e cursou duas pós-graduações. Lecionou também na Fundação Faculdade de Direito da Bahia, na Escola Superior de Magistratura do Maranhão e na Fundação Getúlio Vargas, em Brasília.

Seus alunos se acostumaram a ouvir dele não apenas as clássicas citações de juristas, mas principalmente de poetas, em especial, dois de seus favoritos: José Chagas e Bandeira Tribuzi, colega dos tempos de prisão. "Nunca vou me separar da poesia. Nem parar de sonhar acordado", disse no discurso de posse, em que citou versos do Rappa aos Novos Baianos; de Chico Buarque a Ferreira Gullar; de Shakespeare à prosa poética de Padre Antônio Vieira.

Aos 20 anos de idade, o senhor foi cassado e preso (no período do Golpe Militar) e dedicou-se ao jornalismo inicialmente sob a batuta de ninguém menos que Mino Carta, um ícone do jornalismo brasileiro. O que o jornalismo lhe gerou como base?

As duas experiências, posso garantir, foram muito importantes na formação do meu caráter. Vereador em Caxias, fui o primeiro cassado do golpe de 64 no Maranhão, o que muito honra minha biografia. E depois foi para mim um privilégio ter feito parte da equipe inicial da revista Veja, em São Paulo, sob o comando do grande jornalista Mino Carta, criador da Edição de Esportes do O Estado de S. Paulo, do Jornal da Tarde, do jornal A República, das revistas Quatro Rodas, Veja, Isto é, Carta Capital, dentre outras publicações. Só posso dizer que a experiência em Veja, acrescida ainda do trabalho em Brasília no Jornal do Brasil, em O Globo, e no Correio Braziliense, só veio enriquecer a minha experiência de vida de modesto brasileiro do Nordeste. O jornalismo, primeiro; em seguida, a advocacia, me deram tudo o que aprendi na vida. É dessas experiências que tirei a metodologia para ser magistrado.

Hoje, no palco, como funciona a sua relação com os colegas da área que estão no *backstage*?

Continuo com excelentes relações com repórteres, editores e donos de veículos de comunicação, porque, felizmente, nunca perdi o feeling jornalístico e, por isso, posso entender as perguntas e o comportamento da imprensa. Quando o presidente Café Filho entrou no Catete, em 1954, após o triste episódio do suicídio do presidente Getúlio Vargas, suas primeiras palavras foram: "Sou, na Presidência, um jornalista". E isso muito contribuiu para seu relacionamento com a opinião pública no seu curto e traumático governo de 14 meses.

O senhor conhece os dois lados do balcão em definitivo, já que trabalhou tanto como advogado e como juiz. Hoje, como magistrado, como define sua experiência no Executivo, no Legislativo e no Judiciário? O senhor considera a sua posição, ou o seu aprendizado, bastante diferenciado do padrão?

Não nego que haja diferenças em relação ao padrão médio do magistrado, uma vez que a maioria não tem o privilégio de ter a tríplice

experiência nos três poderes. Mas não considero que isso seja um diferencial importante em relação aos magistrados das diversas instâncias da Justiça Federal e da Justiça dos Estados. Cada um chega ao STJ, ou a outro órgão do Poder Judiciário, com a sua vivência, sem que as diferenças de experiência de vida sejam realmente significativas. O importante é que todos tenham dedicação integral e sincera à causa do primado da Lei, do Direito e da Justiça, à consolidação do Estado de Direito Democrático. Esse traço de união é mais importante do que as diferenças de experiência de cada um.

Quero aproveitar a pergunta para fazer a defesa dos magistrados do Brasil. Temos sido acusados de não resolver tudo ao tempo de cada espera. E a condenação que nos pesa não é só essa aos trabalhos forçados, nessa pedreira das centenas de processos a todo dia. Somos condenados também à incompreensão, à injúria de quantos só nos imaginam como monitores de circunstâncias, gerentes de conveniências, cavalcando leis que só existem, quando existem, para protegerem os poderosos, os ricos, os espertos de todo gênero. Aos olhos de muitos, somos vistos com inveja, como se todos aqui fôssemos genros da coisa pública, daqueles que não se importam com coisa alguma. E não é nada disso.

A reforma do Judiciário, que tramita no Congresso Nacional há mais de 12 anos, é agora uma prioridade do governo Lula. Transformações administrativas, a institucionalização da Defensoria Pública, mudanças nos códigos Civil e Penal, a criação do Conselho Nacional de Justiça. Há que se admitir que o Judiciário ainda é muito engessado em dogmas, em leis ultrapassadas e de uma burocracia que acumula milhões de processos. Qual a sua opinião sobre a urgência dessa mudança?

Por tudo o que está contido nessa pergunta, com a qual concordo, só podemos ser a favor da urgência para a reforma do

Judiciário, felizmente em sua fase final de votação no Senado Federal, no momento desta entrevista. A proposta de emenda constitucional em votação é necessária, mas há mais a fazer. Aproveito ainda para dar minha opinião sobre o tão falado "controle externo" do Judiciário. Trata-se de expressão que se cunhou porque sequer existe na proposta constitucional. O que se propõe é o Conselho Nacional de Justiça, que tem composição mista que inclui Ministério Público, representantes da OAB, além de dois cidadãos eleitos pelo Congresso Nacional, sendo um representante da Câmara dos Deputados e outro do Senado Federal. Não vejo nada demais nisso. Na verdade, estamos falando de um colegiado onde teremos, democraticamente representados, todos os segmentos que operam o direito e o Congresso, onde nascem as leis, representado pelos políticos, que não podem ser ignorados numa democracia. Os juízes precisam estar afinados com os políticos, porque aplicam as leis que o Congresso aprova.

A impunidade tão escancarada no Brasil tem solução?

Sejamos francos: o que desqualifica hoje qualquer elogio que se queira fazer à nossa democracia é o triunfo visível da impunidade, o descaramento com que conhecidos ladrões do dinheiro público afrontam, no cotidiano, as pessoas que levam vida difícil, mas sempre honesta, que pagam impostos e que, na contrapartida, não recebem do poder público o mínimo dos serviços públicos que o Estado, por conta dos impostos que cobra, tem a obrigação de assegurar. Quem furta o dinheiro público e, fortalecido pela impunidade, continua furtando, não apenas propaga seu mau exemplo. Dissemina a injustiça e daí a convocação da cidadania para a mesma luta pela afirmação do direito. O direito é um estado de democracia, no sentido de que as normas legais destinam-se à proteção da pessoa humana. Neste país, todos são iguais perante a lei e quem ainda imagina que não o é, acorde. A democracia não tolera a impunidade. Com o Judiciário que o Brasil quer – e que vamos ter todos –, todos vão estar, sim, iguais perante a lei.

O Rio de Janeiro vive uma guerra que explicita a desigualdade social reinante no país. É o homem Hobbesiano, LOBO DO PRÓPRIO HOMEM. Para Rousseau, o homem é bom, porém corrompido pela sociedade. E para o senhor, "o inferno são os outros", como disse Sartre um dia?

O que se passa no Rio de Janeiro é, infelizmente, um bom exemplo de impunidade, de domínio da lei pela criminalidade. É preciso restaurar, e rapidamente, o predomínio do império da Lei, sob a qual todos somos iguais, segundo o texto da Constituição. As causas da violência do mundo contemporâneo, especialmente nas grandes metrópoles, constituem assunto bastante discutido. O que está faltando é a afirmação da autoridade do Poder Público. Falta dizer às vítimas inocentes desses tiroteios, e aos cidadãos pobres, trabalhadores e honestos, que formam a maioria da sociedade do Rio e do Brasil, a seguinte sentença: "A Lei há de prevalecer; a Justiça está aberta e em ação; os direitos dos cidadãos não serão pisoteados impunemente". O povo brasileiro virou a página de uma ditadura, sem derramamento de sangue. Vai virar também essa página vergonhosa de ausência de autoridade e de desrespeito à Lei.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) assinou um acordo de cooperação técnica de US\$ 850 mil a serem destinados à Secretaria Nacional de Segurança Pública. Qual o intuito do PNUD em investir nos programas de segurança do Brasil?

Tenho certeza de que os responsáveis pela Secretaria, incluindo o ministro da Justiça, o ilustre professor e advogado Márcio Thomaz Bastos, hão de saber empregar bem esses recursos para treinamento de pessoal, compra de equipamentos e outros itens da pauta da segurança pública. De minha parte, posso informar que o mesmo PNUD está agora em conversações com o Superior Tribunal de Justiça, para

trazer-nos o aporte de sua experiência em diversos países, no tocante aos projetos de modernização e agilização do Poder Judiciário, uma vez que os problemas da Justiça do Brasil são muito semelhantes aos de outros países. É sempre bom lembrar que a humanidade é uma só, e dificilmente algum país terá uma realidade ímpar, singular, totalmente distinta dos demais.

Num país onde índios matam garimpeiros que invadem suas terras, fiscais do trabalho são mortos no cumprimento do dever, entre outros absurdos, há, na sua opinião, uma banalização da morte?

Infelizmente tenho de concordar que sim, embora reste-nos o consolo – e gosto de frisar isso –, de que não estamos sofrendo os males dos terrorismos ideológicos, políticos e religiosos que infelicitam diariamente outras nações. Vejo, como razão maior de tudo, o que já afirmei anteriormente: a ausência da autoridade cumpridora da Lei, a dificuldade de se fazer uma Justiça ágil pelos diversos motivos que nos estrangulam há muito tempo, e os quais começam a ser atacados de frente. Essa banalização da morte, como se diz, não deve, entretanto, abalar nenhum de nós – sejam os magistrados, os advogados, os promotores, as autoridades de segurança, os legisladores. É justamente nos momentos de maior desafio à Lei e ao Direito que se deve trabalhar na apologia e na aplicação efetiva da Lei e do Direito. Em momento algum podemos nos dobrar ao império do crime, aos "esquadrões da morte", aos inimigos da vida, da segurança e dos direitos fundamentais do homem. Mais que nunca, a sociedade brasileira precisa reagir. E nós, do Superior Tribunal de Justiça, em nosso campo de atividade e dentro de nossa parcela de responsabilidade, não nos omitiremos. Queremos agir e vamos agir.

Para finalizar, quais as prioridades de sua gestão à frente do STJ?

Como eu disse no meu discurso de posse na presidência do STJ, é preciso acabar com a morosidade injustificável, por conta da qual se mantém o "ganha-mas-não-leva", onde o Estado procrastina para não pagar, de pronto, o que deve ao cidadão. Vamos descongestionar o tráfego em todo o Poder Judiciário, no qual se têm milhões de processos e apenas uns poucos milhares de causas; desburocratizar os fóruns, os juízos e os tribunais para que os advogados, Ministério Público e juízes trabalhem com mais agilidade e absoluta transparência. Quero propor ampliar, no mínimo, para mais quatro mil as varas federais e assim tornar verdadeiramente efetivo o serviço da Justiça a todo o povo, por meio da presença do governo do Brasil nos mais distantes e desprotegidos rincões de todos os estados. Queremos entregar à cidadania e aos advogados, ao Ministério Público e aos juízes, leis mais justas no lugar das leis arcaicas, que engessam muito e provocam o atraso e que ensejam decisões, que, embora legais, são causadoras de injustiças. Vamos atrair para a função de juiz os verdadeiramente vocacionados, mediante seleção mais objetiva, pela futura Escola Nacional Superior da Magistratura, que trabalhará também reciclando todos nós, inclusive ministros, por que não? Defendo a instituição de um título de dívida pública para quando o poder público for condenado em juízo, acabando, assim, com o sistema de precatórios, que tripudia sobre o direito das pessoas, sonegando-os em sua excessiva morosidade, afora o que tem gerado de corrupção. Há que se investir forte na cidadania, de modo a que as pessoas mais distantes, em seus subúrbios, grotões, favelas, sejam tocadas pelo evangelho redentor da democracia. Isso tudo ainda é pouco, perto do muito que precisa ser feito. E apenas uma pequena parcela dos desafios que vamos ter de encarar, suportar e vencer. Vamos precisar de mais horas de trabalho, de recrutar voluntários, de trazer mais forças talentosas – a começar pelos advogados de todo o Brasil. É com eles que tudo começa e é com eles, representando as partes da demanda, que tudo termina. Mas tenho a vontade de fazer e o mesmo pensamento de ousadia para fazer, de que falava Danton, na

Revolução Francesa: "Para a conquista, a audácia, ainda a audácia, sempre a audácia".